



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Política Econômica
Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais

Regime de Metas para a Inflação no Brasil

com informações até março de 2014



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Regime de Metas para a Inflação no Brasil

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes” (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

1. O que é regime de metas para a inflação?	3
2. Que elementos caracterizam um regime de metas para a inflação?	3
3. No regime de metas para a inflação pode haver metas para o câmbio ou o crescimento econômico?	3
4. Por que a estabilidade de preços foi escolhida como objetivo primordial da política monetária?	3
5. Quais as pré-condições para a adoção de um regime de metas para a inflação?	4
6. Quais são os mecanismos de transmissão da política monetária?	4
7. Quando se deu o processo de implementação do regime de metas para a inflação no Brasil?	4
8. Quais as características básicas do desenho institucional de um regime de metas para a inflação?	4
9. Qual o índice de preços escolhido para o regime de metas para a inflação no Brasil? Quais as suas principais características?	5
10. Qual a diferença entre o índice cheio e o núcleo de inflação? Que tipo de índice o Brasil adota?	5
11. Por que o Brasil optou pela adoção de índice cheio?.....	6
12. Por que se estabelecem bandas para a meta para a inflação? Por que não se utiliza meta pontual?.....	7
13. Que fatores determinam o intervalo da banda?	7
14. Qual o procedimento quando a meta para a inflação não é atingida?	7
15. Quais os horizontes temporais utilizados em regimes de metas para a inflação? Qual o utilizado no Brasil?	8
16. Quais as vantagens e desvantagens de horizontes mais curtos e mais longos?	8
17. Quais são os instrumentos de política monetária utilizados no regime de metas para a inflação brasileiro?	8

18. Como a inflação tem evoluído desde a adoção do regime de metas para a inflação no Brasil?	9
19. Qual o papel das expectativas de mercado no regime de metas para a inflação?	10
20. Onde posso ler mais sobre metas para a inflação?	11
21. Onde posso obter dados atualizados?	13

Regime de Metas para a Inflação no Brasil

1. O que é regime de metas para a inflação?

O regime de metas para a inflação é um regime monetário no qual o banco central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida, anunciada publicamente.

2. Que elementos caracterizam um regime de metas para a inflação?

O regime de metas para a inflação caracteriza-se geralmente por quatro elementos básicos: i) conhecimento público de metas numéricas de médio-prazo para a inflação; ii) comprometimento institucional com a estabilidade de preços como objetivo primordial da política monetária; iii) estratégia de atuação pautada pela transparência para comunicar claramente o público sobre os planos, objetivos e razões que justificam as decisões de política monetária; e iv) mecanismos para tornar as autoridades monetárias responsáveis pelo cumprimento das metas para a inflação. Portanto, o regime de metas para a inflação envolve mais do que o anúncio público de metas numéricas para a inflação. A transparência e a prestação de contas regulares à sociedade e a seus representantes são elementos essenciais desse regime.

3. No regime de metas para a inflação pode haver metas para o câmbio ou o crescimento econômico?

No regime de metas para a inflação, cuja ação se baseia no controle de apenas um instrumento, a taxa de juros de curto-prazo, não se podem atribuir à política monetária metas adicionais para o câmbio ou o crescimento econômico. Entretanto, essas e outras variáveis econômicas são levadas em consideração na construção do cenário prospectivo para a inflação, como pode ser visto nas Atas do Comitê de Política Monetária (Copom).

4. Por que a estabilidade de preços foi escolhida como objetivo primordial da política monetária?

Após vários anos de elevado crescimento econômico, a década de 80 foi marcada pela conjunção de dois fatores: forte queda da taxa de crescimento da economia brasileira e grande aumento da taxa de inflação, situação que se estendeu durante a primeira metade dos anos 90, e que levou à adoção de sete planos de estabilização em menos de dez anos. Hoje há consenso na sociedade sobre as vantagens da estabilidade de preços, condição necessária para que possa haver crescimento autossustentado. Além disso, no médio e longo prazos, maior inflação não gera maior crescimento; pelo contrário, cria ambiente desfavorável aos investimentos e penaliza as camadas mais pobres da sociedade, promovendo concentração de renda. Vale adicionar que os principais bancos centrais do

mundo adotam, de forma implícita ou explícita, a estabilidade de preços como principal objetivo da política monetária.

5. Quais as pré-condições para a adoção de um regime de metas para a inflação?

Em um regime de metas para a inflação, é necessário que haja autonomia operacional do banco central, de maneira que possa gerir a política monetária no sentido do cumprimento das metas. Além disso, é necessário que a situação fiscal esteja sob controle, e que o sistema financeiro nacional esteja estável, de modo a não comprometer a perseguição da meta de inflação. Por outro lado, as metas para a inflação devem ser críveis, ou seja, devem ter valor alcançável. Por fim, é preciso que o banco central disponha de conhecimento sobre o funcionamento da economia, em particular dos mecanismos de transmissão da política monetária e sua quantificação por meio de modelos macroeconômicos.

6. Quais são os mecanismos de transmissão da política monetária?

Os mecanismos de transmissão da política monetária são os canais por meio dos quais mudanças na taxa de juros básica (que é o principal instrumento da política monetária) afetam o comportamento de outras variáveis econômicas, principalmente preços e produto. Os principais mecanismos refletem a influência de modificações no instrumento de política monetária sobre os componentes da demanda agregada, as expectativas dos agentes econômicos, os preços dos ativos (inclusive a taxa de câmbio), os agregados monetários e de crédito, os salários e o estoque de riqueza.

7. Quando se deu o processo de implementação do regime de metas para a inflação no Brasil?

No início de março de 1999, em ambiente ainda marcado pela incerteza quanto ao impacto da desvalorização do real sobre a inflação, o governo brasileiro anunciou a intenção de passar a conduzir a política monetária com base num arcabouço de metas para a inflação. O Brasil adotou formalmente o regime de metas para a inflação como diretriz de política monetária, com a edição do Decreto nº 3.088 pelo Presidente da República, em 21 de junho de 1999. Em 30 de junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 2.615, tratando da definição do índice de preços de referência e das metas para a inflação para 1999 e para os dois anos subsequentes.

8. Quais as características básicas do desenho institucional de um regime de metas para a inflação?

Entre as principais características presentes na determinação de um regime de metas para a inflação, temos:

- i. escolha do índice de inflação: usualmente existem duas alternativas - o índice cheio ou um núcleo de inflação;
- ii. definição da meta, que pode ser pontual ou intervalar. No caso intervalar (banda), ainda existe a alternativa de ter ou não meta central;
- iii. horizonte da meta: definição do período de referência para avaliar o cumprimento da meta para a inflação;
- iv. existência de cláusulas de escape: estabelecimento a priori de situações que podem justificar o não cumprimento das metas; e
- v. transparência: formas de comunicação da autoridade monetária visando informar a sociedade sobre a condução do regime de metas.

9. Qual o índice de preços escolhido para o regime de metas para a inflação no Brasil? Quais as suas principais características?

No Brasil, a meta para a inflação foi definida em termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. O IPCA, como o nome indica, é índice de preços ao consumidor, diferentemente de outros índices, como os de preços no atacado e gerais. A escolha do índice de preços ao consumidor é frequente na maioria dos regimes de metas para a inflação, pois é a medida mais adequada para avaliar a evolução do poder aquisitivo da população. Dentro do conjunto de índices de preços ao consumidor, o IPCA foi escolhido por ser, dentre os dois índices com cobertura nacional (o outro é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC), o que tem maior abrangência: enquanto o INPC mede a inflação para domicílios com renda entre 1 e 6 salários-mínimos (na época da escolha, entre 1 e 8 salários-mínimos), o IPCA inclui domicílios com renda entre 1 e 40 salários-mínimos.

10. Qual a diferença entre o índice cheio e o núcleo de inflação? Que tipo de índice o Brasil adota?

O regime brasileiro considera um índice “cheio” como referência, em linha com a grande maioria dos países que adotam metas formais para a inflação. Nesse índice são considerados todos os itens presentes no levantamento de preços do IPCA. Em alguns países, a meta para a inflação é estabelecida em termos de um “núcleo”, embora a tendência seja a de substituí-lo por índices cheios. Núcleos de inflação são medidas que buscam captar a tendência da inflação, expurgando-se as variações de componentes mais voláteis. Um exemplo comum de núcleo de inflação é o núcleo por exclusão, calculado retirando-se da inflação o comportamento de preços de determinados itens, como alimentos e derivados de petróleo. Outra forma comum de núcleo é o de médias aparadas, que exclui da inflação cheia, a cada mês, os itens que apresentaram maior volatilidade no período. Independentemente da forma de cálculo, medidas adequadas de núcleo de inflação devem apresentar a mesma trajetória de longo-prazo que a inflação

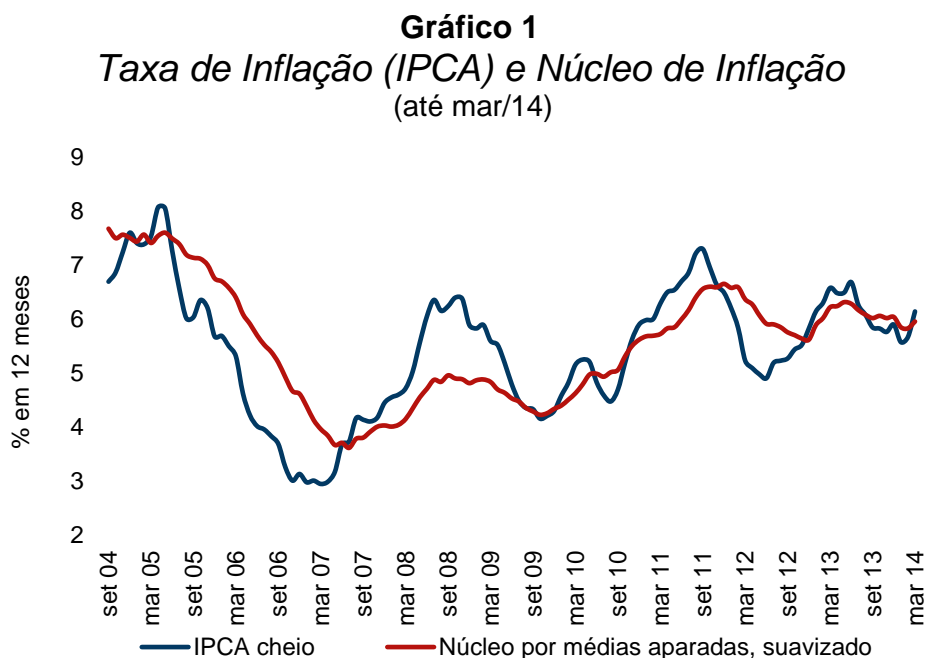
cheia, com exceção dos casos em que a variação de preços dos itens excluídos seja de natureza permanente.



1. Por que o Brasil optou pela adoção de índice cheio?

No Brasil, a adoção do índice cheio deve-se a dois motivos. O primeiro é que, embora no longo-prazo o núcleo e a inflação tendam a convergir, no curto prazo podem divergir significativamente. O segundo, e talvez o mais importante, é questão de transparência e credibilidade. No momento da implantação do regime de metas para a inflação, além da necessidade de explicar à população o que significava o regime de metas, a introdução de novo conceito de inflação (núcleo), que não reflete a inflação efetivamente ocorrida junto ao consumidor, poderia gerar ainda mais dúvidas. Ademais, o índice cheio está mais próximo do conceito de bem-estar, pois é mais representativo para mensurar o verdadeiro poder de compra do consumidor. As pessoas não estão interessadas nos preços de parte de sua cesta de consumo, e sim em sua totalidade. Um fator de cautela adicional na utilização dessas medidas deriva do fato de que, mesmo entre os especialistas na área, há controvérsia quanto aos méritos e deméritos das diferentes metodologias para calcular núcleos de inflação.

O Gráfico 1 mostra a evolução do índice de preços no Brasil utilizando o índice cheio do IPCA¹ e o núcleo de inflação usando o método das médias aparadas, com suavização². Maiores informações sobre núcleos de inflação podem ser obtidas no PMF2 sobre Índices de Preços, em <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSPERG>.



¹ SGS 433 (todas as referências 'SGS' dizem respeito aos códigos de busca no link: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>)

² SGS 4466

12. Por que se estabelecem bandas para a meta para a inflação? Por que não se utiliza meta pontual?

As bandas existem por dois motivos. Em primeiro lugar, nenhum banco central tem controle total sobre o comportamento dos preços. O que ele faz é mover a taxa de juros básica de forma a afetar, por vários mecanismos indiretos, a evolução dos preços. A inflação está sujeita a vários fatores externos ao banco. Além disso, existem defasagens nos mecanismos de transmissão da política monetária. Na ocorrência de choque inflacionário hoje, mesmo o banco central respondendo prontamente, ainda se observará aumento da inflação no curto-prazo. Em segundo lugar, a presença de bandas permite ao banco central acomodar parcialmente alguns choques. A existência de banda permite que a autoridade monetária cumpra a meta sem que a política monetária se torne excessivamente restritiva. Contudo, tal banda não pode ser muito ampla, pois criaria a expectativa de falta de compromisso em alcançar seu centro. Sua utilização, portanto, deve ser feita com bastante critério e parcimônia. Assim, se por um lado é importante que existam bandas para acomodar os choques econômicos, por outro lado sua amplitude deve ser limitada de forma a não prejudicar a credibilidade do regime de metas.

13. Que fatores determinam o intervalo da banda?

Na definição do intervalo a ser considerado na meta de inflação são levados em consideração fatores como:

- i. frequência e magnitude dos choques a que a economia está sujeita e resistência da economia a esses choques. Por exemplo, choques no prêmio de risco-país, na taxa de câmbio e no preço do petróleo podem impactar significativamente o nível de preços;
- ii. defasagens existentes nos efeitos da política monetária: em virtude das defasagens nos mecanismos de atuação da política monetária, existe atraso entre a ação da autoridade monetária e a reação da economia. Dessa forma, quando ocorre choque, o banco central pode não ter como cumprir uma meta pontual, mesmo tomando todas as medidas necessárias, pois se leva algum tempo até terem reflexo na economia; e
- iii. maior limitação dos modelos de previsão, em virtude, por exemplo, da presença de mudanças estruturais na economia, que não podem ser rapidamente captadas em modelos econométricos, dada a necessidade de reconstrução das séries históricas.

14. Qual o procedimento quando a meta para a inflação não é atingida?

Quando a meta para a inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional não é cumprida, isto é, quando a inflação rompe, acima ou abaixo, os limites do

intervalo de tolerância em torno da meta central, as razões para o descumprimento, bem como as providências tomadas para retornar à trajetória de metas, são explicitadas pelo Presidente do Banco Central do Brasil em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda. Tal procedimento confere maior transparência e credibilidade ao processo de convergência às metas inflacionárias. Foram enviadas Cartas Abertas referentes às inflações de 2001, 2002 e 2003, disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/?CARTAMETA>.

15. Quais os horizontes temporais utilizados em regimes de metas para a inflação? Qual o utilizado no Brasil?

Na adoção de um regime de metas para a inflação, deve-se especificar o período que será utilizado para verificar o cumprimento da meta. No Brasil utiliza-se o ano-calendário, isto é, o cumprimento da meta é avaliado considerando-se os doze meses de janeiro a dezembro. Alguns países utilizam um sistema conhecido como janela móvel (*rolling window*), no qual o cumprimento da meta é avaliado todo mês, considerando a inflação acumulada em determinado número de meses (normalmente doze). Uma terceira alternativa, tal como ocorre na Austrália, é não fixar horizonte fixo, mas considerar que as metas devem ser alcançadas em média ao longo do tempo.

16. Quais as vantagens e desvantagens de horizontes mais curtos e mais longos?

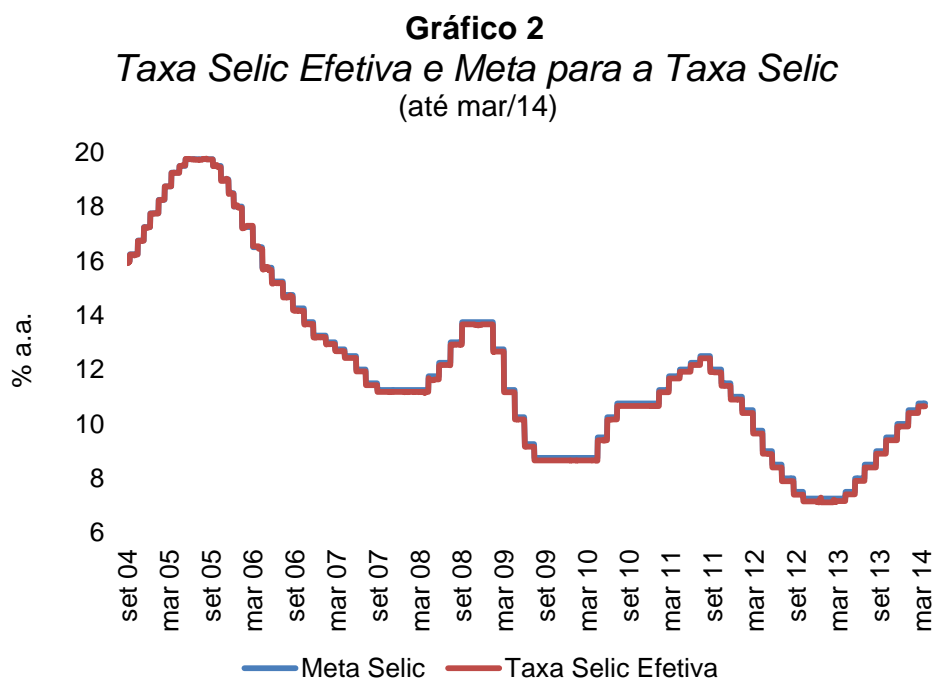
Dadas as defasagens intrínsecas à política monetária, instituir horizonte de tempo mais longo para a meta para a inflação pode ser uma boa forma de lidar com os choques econômicos e, ao mesmo tempo, preservar a credibilidade do regime. Horizontes mais longos permitem respostas mais suaves da política monetária em relação aos choques econômicos, já que a inflação, mesmo apresentando grandes variações, tem certa inércia, requerendo maior tempo para se ajustar. Por outro lado, horizontes mais curtos permitem convergência mais rápida das expectativas, possibilitando neutralizar parte dos efeitos inflacionários decorrentes de expectativas elevadas para a inflação futura. Em economias como a brasileira, nas quais ainda se está buscando convergência para melhores padrões internacionais de taxa de inflação, horizontes mais curtos podem ser mais adequados.

17. Quais são os instrumentos de política monetária utilizados no regime de metas para a inflação brasileiro?

A maior parte dos bancos centrais utiliza a taxa de juros de curto-prazo como instrumento principal de política. Assim, o regime de metas para a inflação brasileiro utiliza a taxa Selic como instrumento primário de política monetária. A taxa Selic é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (*overnight*) lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), ou seja, é a taxa de juros que equilibra o mercado de reservas bancárias. O Comitê de Política Monetária (Copom) estabelece a meta para a taxa Selic, e cabe à mesa de operações de

mercado aberto do Banco Central manter a taxa Selic diária próxima à meta. Para maiores detalhes sobre a Selic e o funcionamento das operações de mercado aberto, veja o PMF6 sobre Gestão da Dívida Mobiliária e Mercado Aberto em <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSPERG>.

O Gráfico 2 mostra a convergência da taxa Selic efetiva³ à meta estabelecida para a taxa Selic⁴, definida pelo Copom.



Fonte: BCB

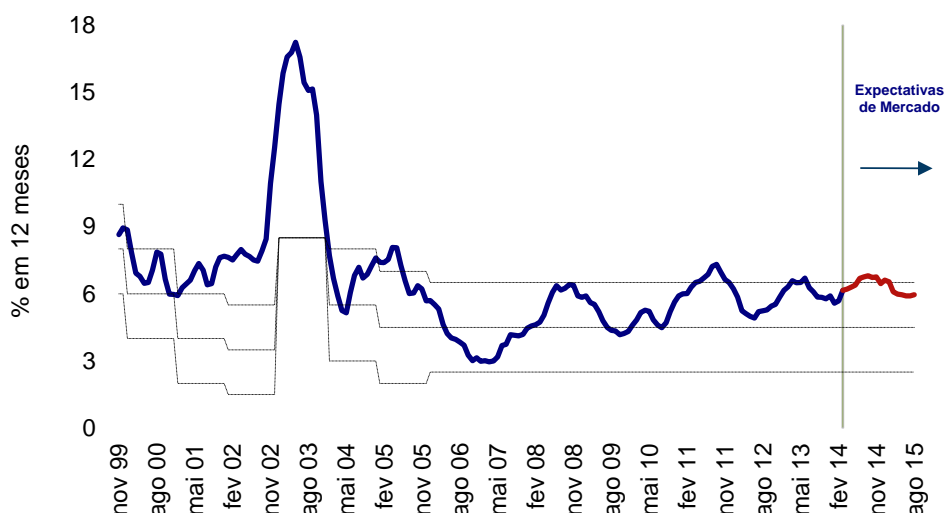
1.8. Como a inflação tem evoluído desde a adoção do regime de metas para a inflação no Brasil?

Com a introdução do regime de câmbio flutuante em 1999 e, num primeiro momento, a desvalorização acentuada do real, a adoção do regime de metas para a inflação em julho do mesmo ano contribuiu para estabilizar a inflação. Desde a adoção do regime de metas, a inflação efetiva ultrapassou o intervalo de tolerância em 2001, 2002 e 2003. Em 2004, 2005, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013, o IPCA ficou acima do centro da meta, mas dentro do limite superior do intervalo de tolerância, tendo ficado abaixo do centro da meta em 2006, 2007 e 2009, como pode ser visto no Gráfico 3. Em fins de março de 2014, as medianas das expectativas de inflação coletadas pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin), do BCB, encontravam-se em 6,3%, para 2014 e 5,8% para 2015. O Gráfico 4 apresenta as metas para a inflação, os intervalos de tolerância e o IPCA efetivo, desde 1999, e a mediana das expectativas de mercado para o IPCA ao final de março de 2014.

³ SGS 1178

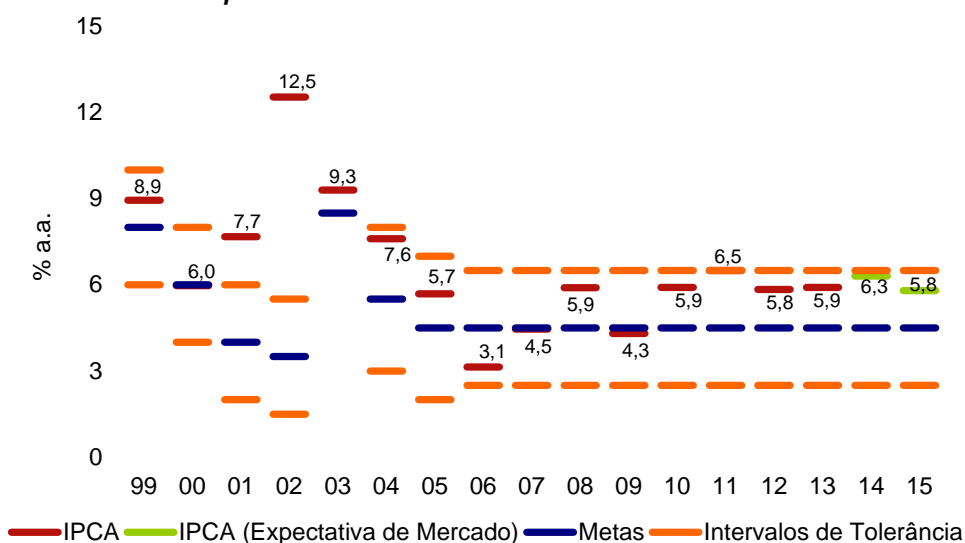
⁴ SGS 432

Gráfico 3
Evolução da Inflação (IPCA), Expectativas e Metas
 (expectativas até ago/15)



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 4
Metas para a Inflação, Intervalos de Tolerância, Mediana das Expectativas de Mercado e IPCA Efetivo



Fonte: BCB

19. Qual o papel das expectativas de mercado no regime de metas para a inflação?

Um dos objetivos centrais do regime de metas é justamente ancorar as expectativas de mercado que, de forma geral, orientam o processo de formação de preços na economia. Na medida em que o Banco Central do Brasil anuncia sua estratégia de política monetária e comunica a avaliação das condições econômicas, os mercados têm melhores condições de compreender o padrão de resposta da política monetária aos desenvolvimentos econômicos e aos choques.

Com isso, o prêmio de risco dos ativos financeiros diminui. Os movimentos de política monetária passam a ser mais previsíveis ao mercado no médio prazo e as expectativas de inflação podem ser formadas com mais eficiência e precisão. A partir do momento em que a política monetária ganha credibilidade, os reajustes de preços tendem a ser próximos à meta.

O Gráfico 5 apresenta a mediana das expectativas de inflação, medida pelo IPCA, para os próximos 12 meses, suavizada, com dados do Sistema Expectativas de Mercado, administrado pelo Gerin. O Sistema Expectativas de Mercado é uma interface web, em que instituições financeiras, consultorias e empresas do setor não-financeiro informam suas expectativas para diversas variáveis macroeconômicas. Para maiores detalhes sobre o sistema, acesse o PMF13 em <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%2013-Expectativas%20de%20Mercado.pdf>.

Gráfico 5
Mediana das Expectativas de Inflação para os Próximos 12 Meses - Suavizada
(até mar/14)



Fonte: BCB

20. Onde posso ler mais sobre metas para a inflação?

O Banco Central do Brasil publica mais informações sobre inflação na ata do Copom, divulgada até seis dias úteis após o término da reunião. Na ata são explicitadas as razões para a decisão de política monetária tomada. O calendário de reuniões do Copom encontra-se em <http://www.bcb.gov.br/?COPOMCALEND2014>. As atas podem ser obtidas em <http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM>.

O relatório trimestral de inflação do Banco Central do Brasil fornece informações detalhadas sobre todos os aspectos do regime de metas. Essa publicação forma o mais completo painel sobre o assunto, descrevendo detalhadamente os resultados dos exercícios de projeção do Copom, construídos com base em seus cenários de

referência e de mercado. O Relatório de Inflação está disponível em <http://www.bcb.gov.br/?RELINF>.

O PMF 3, sobre o Copom, e o item histórico, encontrados respectivamente em <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSPERG> e <http://www.bcb.gov.br/?COPOMHIST>, fornecem informações complementares sobre a estrutura do regime.

A página do Banco Central do Brasil na internet dispõe ainda de diversas Notas Técnicas e Trabalhos para Discussão sobre o regime de metas para a inflação. Os caminhos para chegar a eles estão apresentados abaixo.

Notas Técnicas

36 - Sistema Banco Central de Expectativas de Mercado
André Barbosa Coutinho Marques, Pedro Fachada e Diogo Cogo Cavalcanti (mai/03), em <http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2003nt36SistemaBacenExpectMercadopdf>

30 - Regime de Metas para a Inflação: Resenha sobre a Experiência Internacional
Thaís Porto Ferreira e Myrian Beatriz Silva Petrassi (nov/02), em <http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2002nt30RegimesMetasInflacaopdf>

22 - Metodologia de Cálculo da Inércia Inflacionária e dos Efeitos do Choque dos Preços Administrados
Paulo Springer de Freitas, André Minella e Gil Riella (jul/02), em <http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2002nt22metodinerciainflechoqueprecosa dmp.pdf>

Trabalhos para Discussão

324 – Inflation Targeting and Financial Stability: a Perspective from the Developing World (Inglês)
Pierre-Richard Agénor e Luiz A. Pereira da Silva (set/13), em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps324.pdf>

271 – Optimal Policy when Inflation Target is not Optimal (Inglês)
Sérgio A. Lago Alves (mar/12), em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps271.pdf>

140 – Inflation Targeting, Credibility and Confidence Crises (Inglês)
Aloísio Araújo e Rafael Santos (ago/07), em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps140.pdf>

129 – Brazil: Taming Inflation Expectations (Inglês)
Afonso S. Beviláqua, Mário Mesquita e André Minella (jan/07), em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps129.pdf>

109 - The Recent Brazilian Disinflation Process and Costs (Inglês)
Alexandre A. Tombini e Sérgio A. L. Alves (jun/06), em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps109.pdf>

100 - Targets and Inflation Dynamics (Inglês)
Sérgio A. L. Alves e Waldyr D. Areosa (out/05), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps100.pdf>

83 - Does Inflation Targeting Reduce Inflation? An Analysis for the OECD Industrial Countries (Inglês)

Thomas Y. Wu (mai/04), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps83.pdf>

77 - Inflation Targeting in Brazil: Constructing Credibility under Exchange Rate Volatility (Inglês)

André Minella, Paulo Springer de Freitas, Ilan Goldfajn e Marcelo Kfoury Muinhos (jul/03), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps77.pdf>

76 - Inflation Targeting in Emerging Market Economies (Inglês)

Arminio Fraga, Ilan Goldfajn e André Minella (jun/03), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps76.pdf>

63 - Optimal Monetary Rules: The Case of Brazil (Inglês)

Charles Lima de Almeida, Marco Aurélio Peres, Geraldo da Silva e Souza e Benjamin Miranda Tabak (fev/03), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps63.pdf>

59 - Os Preços Administrados e a Inflação no Brasil

Francisco Marcos R. Figueiredo e Thaís Porto Ferreira (dez/02), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps59.pdf>

53 - Inflation Targeting in Brazil: Lessons and Challenges (Inglês)

André Minella, Paulo Springer de Freitas, Ilan Goldfajn e Marcelo Kfoury Muinhos (nov/02), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps53.pdf>

50 - Macroeconomic Coordination and Inflation Targeting in a Two-Country Model (Inglês)

Eui Jung Chang, Marcelo Kfoury Muinhos e Joanílio Rodolpho Teixeira (set/02), em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps50.pdf>

Veja a lista completa de trabalhos para discussão em

<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/default.asp?idioma=P&id=trabdisclista>.

21. Onde posso obter dados atualizados?

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos e tabelas aqui expostos, pode-se recorrer às “Séries Temporais” disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, em <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/>, seleção por assunto > Atividade Econômica e Indicadores Monetários.

O Banco Central do Brasil também disponibiliza planilhas em excel com os principais indicadores econômicos de curto-prazo em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Os indicadores de preços e monetários encontram-se no Capítulo I – Conjuntura Econômica e no Capítulo III – Mercado Financeiro e de Capitais.

Série “Perguntas Mais Frequentes”

Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Gestão da Dívida Mobiliária e Operações de Mercado Aberto
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques
Carolina Freitas Pereira Mayrink
Henrique de Godoy Moreira e Costa
Luciana Valle Rosa Roppa
Manuela Moreira de Souza
Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez
Marcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração:

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais
Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil